

Quebrar o tabu sobre a gestão da higiene menstrual

A higiene menstrual e os direitos humanos



Senhoras e senhores,

Sou uma mulher de quarenta e cinco anos de idade e sou menstruada. Toda a minha vida adulta, e alguns anos da minha infância, tenho menstruado. Espero continuar a ser menstruada por alguns bons anos ainda.

Tenho muita sorte. Tenho as instalações necessárias em minha casa, no meu trabalho, mesmo aqui neste centro de conferências, onde posso gerir a minha menstruação de forma higiénica, em conforto, em privacidade e com dignidade. Embora, confesso, não me sinta à vontade para falar sobre o meu período abertamente, não há nenhuma ameaça à minha pessoa nem limitações estabelecidas às minhas atividades. Ninguém me diz como me comportar, para onde ir, nem o que fazer.

Este não é o caso no que diz respeito a uma percentagem significativa da população feminina de todo o mundo. A menstruação é verdadeiramente o último tabu, ainda mais forte que o tabu relativamente a falar sobre a defecação. Há em quase todas as culturas, vergonha, nojo e estigma associado à menstruação. Não é nenhuma surpresa que este estigma esteja associado às mulheres, que são metade da população mundial e mesmo assim discriminadas em muitos aspectos das suas vidas. Há uma anedota que diz que se os homens fossem menstruados, iam vangloriavam-se sobre a duração do período, a quantidade de sangue, e competiriam sobre quem sofria a pior dor. Como mulheres, na melhor das hipóteses, sofremos em silêncio, na pior das hipóteses estamos sujeitas a estigmatização e discriminação.

O impacto da falta de atenção dada à gestão da higiene menstrual é uma preocupação para todos aqueles que trabalham em questões de água e saneamento. Mas vai além disso. A forma como a menstruação é tratada - ou não tratada - impede muitas raparigas de frequentar a escola. De acordo com a UNICEF, uma em cada 10 raparigas africanas falta à escola durante a menstruação. Algumas abandonam a escola completamente, porque não têm acesso a produtos de higiene.

Nas minhas missões a vários países como Relator Especial das Nações Unidas para o Direito Humano à Água e Saneamento, fiz questão de sempre visitar escolas.

As raparigas numa escola que visitei em Dakar, Senegal, explicaram-me que deixavam de ir à escola durante 5 dias quando estavam com o período. Em Tuvalu, um Pequeno Estado Insular do Pacífico, uma mãe explicou-me que só tinha dinheiro para comprar pensos higiénicos para a filha ou pagar o autocarro escolar - o que significava que a filha não ia à escola 5 dias por mês. Estas e outras histórias são provas claras de que a falta de uma gestão da higiene menstrual adequada pode violar (e muitas vezes viola) o direito humano à educação.

Mas não é só a educação das raparigas que sofre durante a menstruação, mas a saúde em geral. Por exemplo, 70% de todas as doenças reprodutivas na Índia são causadas pela falta de higiene menstrual – o também pode afetar a mortalidade materna. Na Índia urbana, entre 43% a 88% das raparigas usa panos reutilizáveis durante a menstruação, os quais são frequentemente lavados sem sabão ou água limpa. De acordo com um outro estudo, 73% das trabalhadoras da indústria do vestuário entrevistadas no Bangladesh falta ao trabalho uma média de 6 dias por mês devido a infecções vaginais causadas por uma gestão menstrual anti-higiênica. Não são pagas pelos dias que não trabalham - a higiene menstrual afeta-lhes a saúde e a capacidade de ganhar a vida.

E considerem ainda a forma como as diferentes restrições culturais afectam mulheres e raparigas durante a menstruação. Em países como o Nepal a prática do chappaudi determina que as mulheres são consideradas "impuras" durante o seu ciclo menstrual, e são separadas dos outros em muitas esferas da vida do dia-a-dia. A tradição dita que as mulheres não podem entrar dentro de casas, cozinhas e templos. Também não podem tocar noutras pessoas, gado, verduras, plantas ou frutos. Da mesma forma, as mulheres sujeitas ao chappaudi não podem mugir búfalos ou vacas, e não estão autorizados a beber leite ou comer produtos lácteos. Em geral, as mulheres ficam numa cabana ou curral separados durante os 5 dias da menstruação. No entanto, aquelas que estão a menstruar pela primeira vez devem, de acordo com a prática, permanecer separadas do resto da sociedade durante pelo menos duas semanas. O acesso a torneiras de água e poços também é limitado. Essas práticas são casos claros de discriminação contra as mulheres e violações da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

É por isso que eu senti ser importante vir aqui hoje para ajudar a quebrar o tabu e apoiar aqueles que, como vocês, estão a certificar-se de que a gestão da higiene menstrual recebe a atenção que merece.

Temos de colocar a gestão da higiene menstrual na mesa, discuti-la em diferentes fóruns - incluindo fóruns de direitos humanos - e quebrar os tabus. A menos que a questão da gestão da higiene menstrual seja abordada, os direitos à água e ao saneamento, e outros direitos humanos relacionados, não podem ser realizado. Parcerias como a que eu represento, Sanitation and Water for all, ou Saneamento e Água para Todos, estão a implementar exatamente esta visão. Estamos a trazer questões relacionadas com o saneamento e a água ao mais alto nível político, nacional e mundial, sem tabus. Desde ministros de finanças ao Secretário-Geral das Nações Unidas, desde a gestão da higiene menstrual à defecação ao ar livre, queremos assegurar que estamos todos a falar sobre o que realmente importa.